

24 de junho de 2020

Boletim n.69 - Ciências Sociais e coronavírus

No boletim n.69, *Patrícia Santos (UFPA)*, apoiando-se em uma releitura de Theodor Adorno, tece reflexões sobre o papel e as características dos métodos propagandísticos adotados pelo presidente do Brasil e seus seguidores, especialmente no meio digital, capazes de insuflar uma parcela da população, que vão desde a culpabilização das oposições, ao desprezo pelas mortes e ao apagamento e negação de dados científicos. E *Raphael Villela e César Marques (ENCE/IBGE)* nos apresentam, a partir de dados organizados em gráficos, a relação direta entre desigualdade social e maiores taxas de contágio e mortalidade por covid-19, corroborando as considerações e denúncias sustentadas pelas diferentes áreas das ciências humanas e sociais produzidas até então.

A pandemia e a propaganda potencialmente fascista

Por Patrícia da Silva Santos



Imagem: Paul Klee. Übermut, 1939

Em meio à catástrofe pandêmica, surgem de todos os lados do espectro ideológico que não compactua com a direita radical, clamores racionais para que o presidente deixe de lado as disputas políticas e o negacionismo a fim de liderar o país, na tentativa de mitigar os efeitos de uma crise de proporções ainda incomensuráveis. Ouidos moucos, Jair Bolsonaro segue sua cruzada anti científica contando com milicianos digitais que atuam no sentido de transformar a propaganda em “substância da política” (ADORNO, 2019, p. 24). Apelos éticos ao direito à dignidade humana não encontram qualquer ressonância. Os bolsonaristas não parecem preocupados em evitar a catástrofe, ao contrário, postam-nos, a todas e todos, à beira do precipício, em sua “fantasia de declínio” (Idem, p. 20).

Ler, durante a quarentena, a palestra pronunciada por Theodor W. Adorno, em 1967, acerca dos *Aspectos do novo radicalismo de direita* [Aspekte des neuen Rechts-radikalismus] despertou em mim duas sensações muito contraditórias, suscitadas por um único motivo: encontrar uma formulação teórica para o momento político e social que estamos vivendo tem algo de satisfação e de desespero – esse último, que se deve à confirmação do caráter potencialmente fascista do nosso contexto atual, supera a satisfação intelectual de ver ratificada a capacidade das ciências sociais de criar uma narrativa consistente para dizer o mundo, mesmo quando ele parece tão indizível. É certo que o presente histórico e geográfico é único e sua compreensão não pode ser delegada a terceiros; tal compreensão se configura ante nós, brasileiras e brasileiros, como tarefa urgente que ainda temos dificuldade de atender. Porém, talvez valha a pena o exercício de partir dos contornos gerais da atuação potencialmente fascista para remontarmos a articulação que se projeta entre portadores do bolsonarismo e a propaganda digital em torno da pandemia provocada pelo coronavírus.

Grosso modo, Adorno pensa os movimentos radicais da direita como chagas da democracia que não se realiza efetivamente, precisamente porque a tendência de concentração do capital segue como imperativo social central. Sujeitos que não se sentem inseridos, não enxergam nenhuma salvação para si mesmos, nem desejam uma salvação coletiva por meio de mudanças de base e transformam seu pavor no desejo pelo declínio do todo. Nisso, afetos individuais projetam-se em ódios sociais, por meio de um mecanismo que permanece subterrâneo.

Quando acompanhamos os pronunciamentos de Bolsonaro e a ressonância que encontram nas redes bolsonaristas, buscamos encontrar a racionalidade que os move e a dificuldade é frustrante. Talvez porque não exista uma racionalidade evidenciável, nem um cálculo político, por mais perverso que seja, que possa ser perseguido por explicações causais. O que existe é o plano típico da propaganda de extrema direita de manter a “audiência em ebulição” (idem, p. 36). A negação da gravidade da doença, as conspirações em torno da ideia de supernotificação das mortes, a rejeição dos dados científicos são todas estratégias irracionais cuja finalidade é simplesmente o arrebatamento das massas digitais.

Os tipos autoritários e manipuladores que operam as redes digitais bolsonaristas não possuem qualquer compromisso com a verdade, a ciência, os fatos. Mas sabem muito bem como colocar a perfeição da técnica em função de fins abstrusos (idem, p. 23). É sintomático que os meios técnicos de comunicação mais modernos sejam mobilizados na prática propagandística dos movimentos ultradireitistas. No caso contemporâneo, as redes sociais se oferecem como o meio por excelência para a veiculação de *fake news*, a agressividade extrema em relação aos portadores da ciência, a violência contra todos os que contrariam as inverdades defendidas por Bolsonaro.

Em suas “pedanterias pseudocientíficas” (idem, p. 45), os influenciadores digitais bolsonaristas adotam os truques típicos da propaganda ultradireitista. Apela-se ao

concreto, com dados que não podem ser checados facilmente. No caso da discussão em torno do tratamento da covid-19, há a defesa de estratégias não comprovadas cientificamente, baseando-se apenas em critérios ideológicos. Os cientistas que, com base em pesquisas, chegam a conclusões não promissoras em relação ao medicamento defendido por Jair Bolsonaro e Donald Trump, sofrem todos os tipos de ataque digital. E há também aqui o apelo à estratégia de transformar todos os opositores no grande inimigo da direita extrema: o conceito de comunismo ressurgiu por toda a parte; ontem e hoje, os comunistas são a grande fantasia da projeção do pavor da direita radical.

Em 1967, Adorno já afirmava que o fato de o comunismo não se materializar em partido algum torna-o algo místico, abstrato, que pode ser mobilizado contra qualquer oponente. Por aqui, até o coronavírus já foi interpretado como uma desculpa para implantação do comunismo em escala global.

Todas essas fantasias mobilizam inúmeras pessoas revelando o grau da personalidade autoritária brasileira e a efetividade que a propaganda possui em promover a ebulição da audiência (RIBEIRO, 2020). Enquanto isso, também é sintomático que a morte – talvez o mais real de todos os fenômenos humanos – seja sistematicamente camuflada por esses movimentos radicais de direita. Os números são questionados; fala-se no enterro de caixões vazios; argumenta-se que os governadores abrem valas como forma de espalhar o pânico.

Diante dessa catástrofe social e política em meio à catástrofe sanitária, vale lembrar as palavras finais de Adorno na sua palestra de 1967. Elas consistem em um chamamento àqueles que não se rendem à propaganda da extrema direita mas observam, atônitos, seus desdobramentos. A esses cabe a saída do registro contemplativo, da resignação catastrófica e da obliteração como sujeitos políticos, pois “como essas coisas vão se desenvolver e a responsabilidade por isso, como elas seguirão, isso depende, em última instância, de nós” (ADORNO, 2019, p. 55).

Texto dedicado às/aos estudantes do Grupo de Estudos em Teoria Social da UFPA, que recusam a “relação contemplativa com a realidade”.

Patrícia da Silva Santos é professora adjunta de sociologia na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: patricia215@gmail.com.

Referências bibliográficas:

ADORNO, Theodor W. *Aspekte des neuen Rechts-radikalismus* [1967]. Berlin: Suhrkamp, 2019.

RIBEIRO, Márcio M. Nota Técnica 8. *Monitor do debate público no meio digital*, 01 de abril de 2020.

Disponível

em:

<https://www.monitordigital.org/wp-content/uploads/2020/04/NT8-pronunciamento-COVID19.pdf>

A pandemia da COVID-19 e a desigualdade de renda no Brasil

Por Raphael Villela e César Marques



Artista: Toni D'Agostinho. Disponível em: <<https://www.acaricatura.com.br/copia-publicacoes-3>>.

Uma das principais questões do debate sobre a pandemia de COVID-19 tem sido os cenários da desigualdade. Isso porque se, *grosso modo*, todos são afetados pela pandemia, as condições em que isso ocorre são muito díspares. O Brasil, uma das nações com maior desigualdade de renda, demonstra múltiplas evidências dessa relação. Nesse contexto estão as desigualdades de recursos para vivenciar e lidar com o isolamento social, o acesso ao saneamento básico e aos serviços de saúde, bem como aos demais mecanismos de proteção e seguridade social.

No caso dos países ricos, há indícios de que a taxa de crescimento do número de casos e de óbitos tende a ser mais lenta nas sociedades com menor concentração de renda. De modo geral, as nações menos desiguais foram mais eficazes ao combater a pandemia e realizaram, proporcionalmente, mais testes durante a fase inicial, como Islândia, Noruega, Suíça, Alemanha e Áustria (MARQUES; VILLELA, 2020).

Transpondo esse raciocínio para o caso brasileiro, seria possível correlacionar maior igualdade de renda com maior sucesso ao enfrentar a pandemia? Ou seja, a igualdade resultaria num menor número de óbitos ou no crescimento lento dos casos, com achatamento da curva epidemiológica?

Para tratar dessa hipótese devemos considerar dois aspectos importantes. Primeiro, a relação entre desigualdade social e condições de saúde da população está

cientificamente consolidada. Segundo, os dados disponíveis sobre a pandemia apresentam limitações que decorrem tanto da insuficiência dos testes, quanto da subnotificação dos casos e, em menor medida, do sub registro dos óbitos.

Sobre a relação entre desigualdade social e condições de saúde, a literatura aponta que esta não é determinada apenas por fatores biomédicos, mas também pelas condições de vida (i.e., infraestrutura urbana e habitacional, prática de atividades físicas, nível educacional, qualidade nutricional e etc.) (WILKINSON; PICKETT, 2010). No caso do Brasil, as diferenças no acesso aos serviços de saúde entre ricos e pobres é há muito debatida: embora não se verifiquem grandes diferenças nos casos de morbidades mais severas, os mais pobres acessam menos cuidados preventivos e apresentam maior necessidade de internação para casos mais severos (ANDRADE, 2013). Portanto, num eventual colapso do sistema de saúde, seriam os mais pobres os mais vulneráveis.

O panorama da pandemia no Brasil aponta ainda para a existência de grandes desigualdades territoriais na distribuição dos casos e óbitos, que até o momento se concentram nas grandes metrópoles, sobretudo nas capitais. Isso se dá porque essas áreas caracterizam-se pelo(a): grande contingente populacional; maior densidade demográfica e maior presença das redes de circulação dos fluxos de pessoas e mercadorias, que articulam o território nacional, integrando-o à economia global. E são, por isso, os principais locais de circulação/difusão do vírus num primeiro momento, embora as periferias das regiões metropolitanas e as cidades do interior do país já tenham sido atingidas. Ainda assim, até o dia 8 de junho de 2020, somente as treze maiores capitais em população concentravam 34,4% dos casos e 48,5% dos óbitos acumulados em todo o país – que possuía 707.412 infectados e 37.134 mortos.

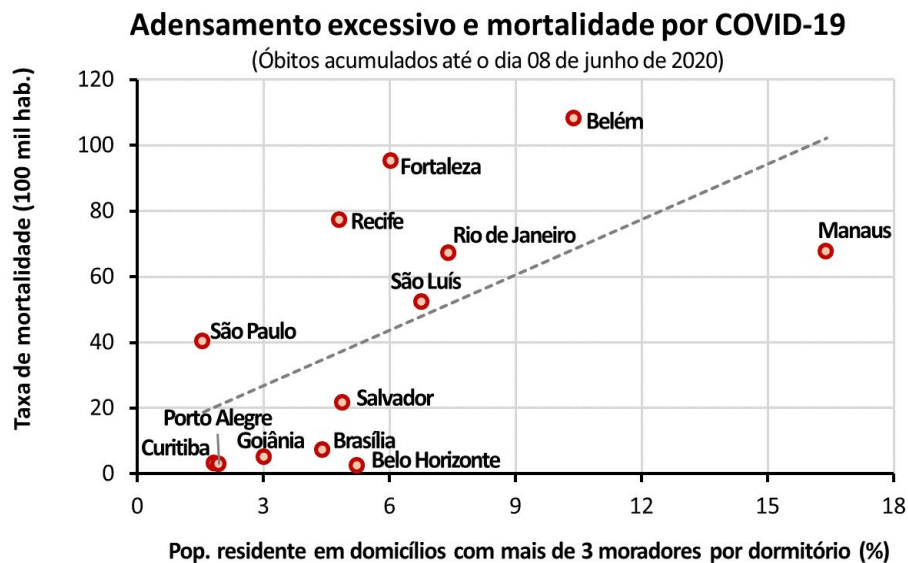
Mas afinal, haveria correlação entre pandemia e aspectos da desigualdade? Os resultados obtidos parecem apontar que sim. A taxa de mortalidade (por 100 mil hab.) por COVID-19 foi correlacionada com: a proporção da população residente em domicílios com adensamento excessivo (i.e., com mais de três moradores por dormitório) (Gráfico 1); o rendimento médio (Gráfico 2); a desigualdade interpessoal da renda, medida pela razão entre as parcelas dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres na massa dos rendimentos, ou Razão $10^+/10^-$ (Gráfico 3).

Teoricamente, o conjunto dessas três variáveis estaria associado com a expansão da pandemia: áreas mais pobres, mais desiguais e com maior número de moradores por domicílio apresentam também serviços de saúde mais precários, mercado de trabalho com maior prevalência da informalidade e condições de infraestrutura habitacional e urbana restritas para manter o distanciamento social efetivo. E, empiricamente, essas áreas apresentaram taxas de mortalidade significativamente superiores.

De um lado, Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza e Recife se destacam como capitais desiguais, com baixo rendimento médio, adensamento excessivo nos domicílios e altas taxas de mortalidade por COVID-19. De outro, Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba, Brasília, Porto Alegre estão do lado oposto dessa dinâmica (i.e., menor desigualdade,

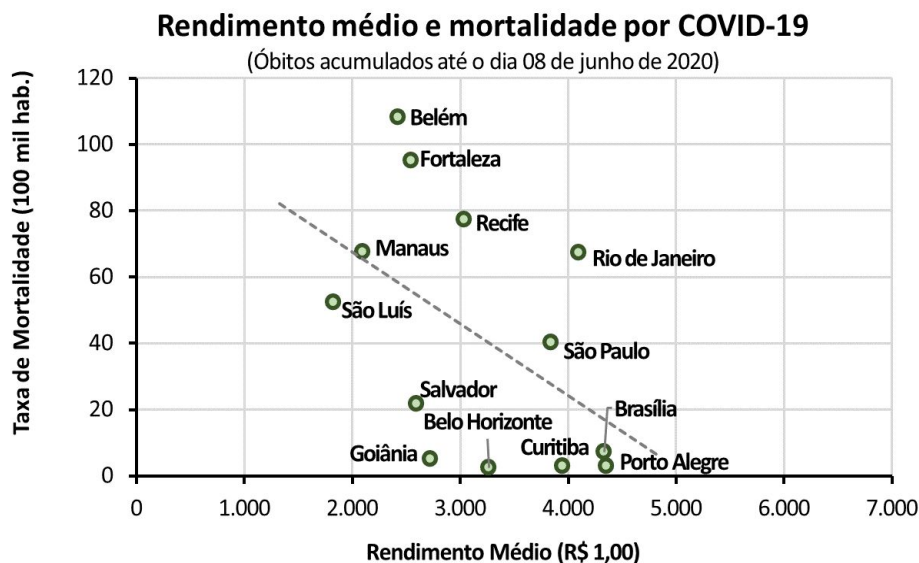
maior rendimento médio, menor adensamento excessivo nos domicílios e reduzida taxa de mortalidade por COVID-19).

Gráfico 1: Associação entre adensamento excessivo e taxa de mortalidade por COVID-19, capitais selecionadas.



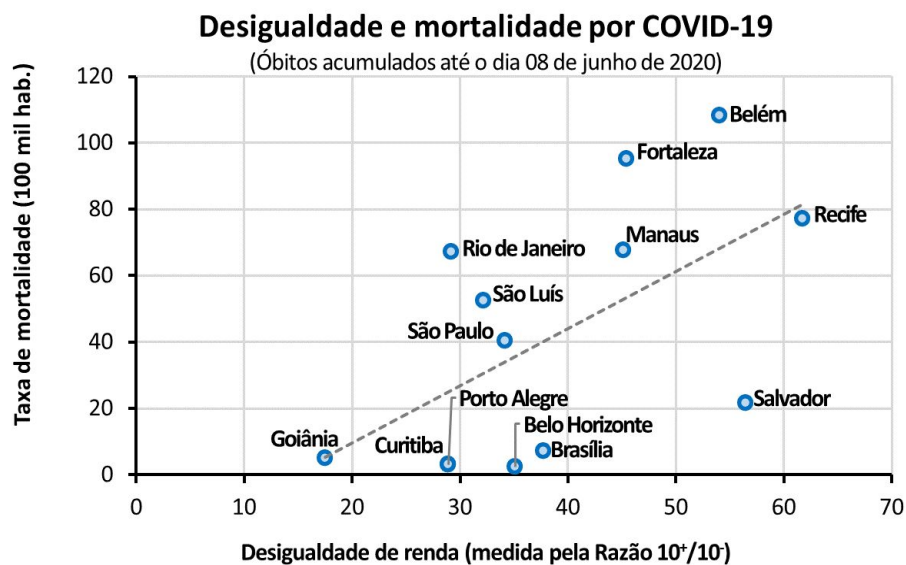
Fonte: PNADC/IBGE (2019); MS/DATASUS (2020).

Gráfico 2: Associação entre rendimento médio e taxa de mortalidade por COVID-19, capitais selecionadas



Fonte: PNADC/IBGE (2019); MS/DATASUS (2020).

Gráfico 3: Associação entre desigualdade (Razão 10+/10-) e taxa de mortalidade por COVID-19, capitais selecionadas



Fonte: PNADC/IBGE (2019); MS/DATASUS (2020).

Um dos aspectos mais críticos da pandemia no país é o de reforçar o padrão das desigualdades como um todo, incluindo aí as desigualdades regionais, uma questão subjacente a tais reflexões. Como ilustramos aqui, inclusive por meio da taxa de mortalidade por COVID-19, que é a expressão última da pandemia.

Sobre os dados utilizados, cabe destacar que os limites da mensuração da desigualdade de renda e da incidência/mortalidade da/por COVID-19 têm sido amplamente debatidos. Cabe relativizar a qualidade dos dados “brutos” de ambos os fenômenos: no caso da pandemia, pela subnotificação dos casos e pelo sub registro da causa da mortalidade; e no caso dos rendimentos, pela subnotificação da renda dos mais ricos. Apesar destas ressalvas, os resultados corroboram com a noção de que há relação entre ambos.

É válido mencionar que o embate político polarizado no país sobre a COVID-19 reduz a capacidade de ação/coordenação do poder público para conter a pandemia, potencializando os impactos socioeconômicos da crise (i.e., recessão, desemprego e pobreza). Neste caso, o cenário mais provável é de aumento da desigualdade de renda. Em um quadro socioeconômico tão desigual nas capacidades de lidar com a crise, para além de medidas de curto prazo, é urgente que sejam considerados os “mundos” que virão. Se as desigualdades forem reforçadas, a crise da pandemia se combinará às demais, numa espiral negativa. Se outro mundo virá, a questão das desigualdades poderá ser o fiel da balança, vindo a ampliar ou mitigar as múltiplas crises que existem e aquelas que virão.

Raphael Villela é doutorando e Mestre em População, Território e Estatísticas Públicas (ENCE/IBGE). E-mail: <raphaelvillela@outlook.com>.

César Marques é Doutor em Demografia, professor permanente do PPG em População Território e Estatísticas Públicas (ENCE/IBGE). E-mail: <cesarmcs@gmail.com>.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Mônica Viegas et al. Desigualdade socioeconômica no acesso aos serviços de saúde no Brasil: um estudo comparativo entre as regiões brasileiras em 1998 e 2008. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, vol. 17, n. 4, p. 623-645, dez., 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-80502013000400005>>.

MARQUES, César; VILLELA, Raphael. Desigualdade de renda e a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *EcoDebate*, 06 de mai., 2020. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2020/05/06/desigualdade-de-renda-e-a-pandemia-do-novo-coronavirus-covid-19-por-cesar-marques-e-raphael-villela/>>.

MS/DATASUS. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19). *Ministério da Saúde*, 09 de jun., 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>.

PNADC/IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. *IBGE*.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. *The Spirit Level: Why Greater Equality makes Societies Stronger*. New York: Bloomsbury Press, 2010.

Estes textos são parte de uma série de boletins sequenciais sobre o coronavírus e Ciências Sociais que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Nos canais oficiais dessas associações estamos circulando textos curtos, que apresentam trabalhos que refletiram sobre epidemias. Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e também de afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

